Casa Civil da Governadoria do Estado e SEDES com data retroativa a 11/02/2010 conforme Decreto 2113/2010 e 2114/2010

VALOR: R\$ 35.463,96 (trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e três reais e noventa e seis centavos)

DATA DA ASSINATURA: 07/05/2010

VIGÊNCIA DO ADITAMENTO: 11/02/2010 a 04/08/2010

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.366.1262.6177

FONTE DE RECURSO: 0106002557

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Eutália Barbosa Rodrigues

ENDEREÇO DO CONTRATADO E CEP: Rua Bonifácio Gomes s/n , Cep: 68.628-000, Paragominas -PARA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 101816

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Nº DO TERMO ADITIVO: TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO 023/2009 -CCG

OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de Gêneros Alimentícios, para atender as necessidades do Programa Nacional de Inclusão de Jovem-PROJOVEM

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R\$ 127.008,00 (cento e vinte e sete mil e oito reais)

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 015/2009 relativo ao Processo nº 2009/246633-CCG

PARTES: Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social - SEDES x Tangará Importadora e Exportadora S/A

OBJETO E JUSTIFICATIVA DO ADITAMENTO: Transferência de Responsabilidade e Titularidade do Contrato citado, entre Casa Civil da Governadoria do Estado e SEDES com data retroativa a 11/02/2010 conforme Decreto 2113/2010 e 2114/2010

VALOR: R\$ 95.256,00 (noventa e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais)

DATA DA ASSINATURA: 07/05/2010

VIGÊNCIA DO ADITAMENTO: 11/02/2010 a 04/08/2010

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.366.1262.6177

FONTE DE RECURSO: 0106002557

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Eutália Barbosa Rodrigues

ENDEREÇO DO CONTRATADO E CEP: Rodovia Darly Santos, Vila Velha-ES, Cep: 29.103-091

ERRATA DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 101649

CONTRATO 016/2009 CCG

Onde se lê: Pregão eletrônico SRP nº 060/2008 - NLIC/SEDUC

Leia-se: Pregão Eletrônico nº 063/2008-SEDUC

Contrato 017/2009 CCG

Onde se lê: Pregão eletrônico SRP nº 060/2008 - NLIC/SEDUC

Leia-se: Pregão Eletrônico nº065/2008-SEDUC

Contrato: 019/2009 CCG

Onde se lê: Pregão eletrônico SRP nº 060/2008 - NLIC/SEDUC

Leia-se: Pregão Eletrônico nº 063/2008-SEDUC

Contrato 020/2009 CCG

Onde se lê: Pregão eletrônico SRP nº 060/2008 - NLIC/SEDUC

Leia-se: Pregão Eletrônico SRP nº063/2008-NLIC/SEDUC

Contrato 021/2009 CCG

Onde se lê: Pregão eletrônico SRP nº 060/2008 - NLIC/SEDUC

Leia-se: Pregão Eletrônico SRP nº 063/2008-NLIC/SEDUC

Contrato 024/2009 CCG

Onde se lê: Pregão eletrônico SRP nº 060/2008 - NLIC/SEDUC

Leia-se: Pregão Eletrônico nº 04/2008 SEAD

Contrato 025/2009 CCG

Onde se lê: Pregão eletrônico SRP nº 060/2008 - NLIC/SEDUC

Leia-se: Pregão Eletrônico nº 063/2008-SEDUC

Contrato 027/2009 CCG

Onde se lê: Pregão eletrônico SRP nº 060/2008 - NLIC/SEDUC

Leia-se: Pregão eletrônico nº 063/2008-SEDUC

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE

SERVIDOR TEMPORÁRIO.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 101957

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE

SERVIDOR TEMPORÁRIO.

PARTES: SEDES e THIAGO RODRIGUES DE SOUZA

CPF. 82688206249

CARGO: Administrador

DATA DE ADMISSÃO: 06/11/2009

VIGÊNCIA: 06/11/2009 a 05/05/2010

VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO : 06/05/2010 À 06/11/2010

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Eutália Barbosa Rodrigues

CPF. 58795170120

TERMO ADITIVO A CONTRATO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 101988

TERMO ADITIVO: 1

Data de Assinatura: 15/03/2010

Valor: 250.000,00

Vigência: 16/03/2010 a 15/06/2010

Justificativa: O presente Termo Aditivo tem como objeto a

prorrogação da vigência do Contrato 09/2009/SEDES

Contrato: 9/2009

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do

Recurso

08244125319530000 339033 0101000000 Estadual

08122012545340000 339033 0101000000 Estadual

08422124949310000 339033 0101000000 Estadual

08244121761470000 339033 0107000000 Estadual

08244121761510000 339033 0107000000 Estadual

08244124949310000 339033 0107000000 Estadual

08244125319530000 339033 0107000000 Estadual

08306121847740000 339033 0101000000 Estadual

08244125361450000 339033 0107000000 Estadual

08244121761970000 339033 0107000000 Estadual

08244125319530000 339033 0139002241 Federal

08244124949310000 339033 0139002241 Federal

08244121761470000 339033 0139002245 Federal

08244125361450000 339033 0139002241 Federal

08244121719440000 339033 0139002244 Federal

Contratado: MARAFON & PETKOW LTDA

Endereço: R Lauro Muller - D, Bairro: Centro, 317D

CEP. 89802-520 - Chapecó/SC

Ordenador: Eutália Barbosa Rodrigues

PORTARIA DE RESOLUÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 102060

RESOLUÇÃO Nº005/2010

RESOLUÇÃO CEDCA Nº. 005 DE 05 DE MAIO DE 2010.

Dispõe sobre o processo eleitoral da representação das Entidades Não Governamentais no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará - Gestão 2010/2012.

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará - CEDCA no uso da competência que lhe é conferida pela Lei Estadual nº. 5.819 de 11 de fevereiro de 1994 e considerando a deliberação da Assembléia Ordinária em sua reunião realizada no dia 05 de maio de 2010.

RESOLVE: Alterar os prazos para efetivação do processo eleitoral, dispostos na Resolução Nº002/2010 publicada no Diário Oficial Nº 31641 de 08/04/2010.

Do Processo Eleitoral

Art. 1º. O processo eleitoral de representação das Entidades Não Governamentais para a gestão 2010/2012 do CEDCA dar-se-á conforme prevêem o artigo 7º da Lei Estadual Nº. 5.819 de 11 de Fevereiro de 1994 nos seus parágrafos 4º, 5º, 6º, 7º e 8º e Parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 8º 9º e 10º do Regimento Interno do CEDCA.

§ 1º. A Assembléia de que trata o caput deste artigo realizar – se - á no dia 15 de Junho de 2010 em Belém (PA), e será convocada por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado, junto com a divulgação do endereço e do horário para instalação e eleição.

§ 2º. O ato de homologação da relação de entidades habilitadas será publicado no Diário Oficial do Estado.

Da Comissão Eleitoral

Art. 2º. §1º. A Comissão Eleitoral elegerá entre seus pares um presidente e um vice-presidente, não concorrentes ao pleito, e coordenará todo o processo eleitoral até a posse dos novos membros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º A Comissão Eleitoral terá as seguintes atribuições:

I - examine da documentação das entidades Não Governamentais;

II - divulgação do nome das Entidades habilitadas ao processo de eleição, seja na condição de candidatas e/ou eleitoras;

III - análise, julgamento e publicação das deliberações sobre os recursos das Entidades Não Governamentais que requerem revisão.

Da Habilitação

Art. 4º. Poderão habilitar-se ao processo eleitoral na condição de eleitoras e/ou candidatas, as entidades Não Governamentais que atendam os seguintes requisitos:

a) Âmbito Estadual;

b) Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

§1º. Para os efeitos do disposto no art.4º. Parágrafo Primeiro, do Regimento Interno do CEDCA, serão consideradas de âmbito estadual, aquelas entidades não-governamentais que compreendam como sua área de atuação, no mínimo, dois Municípios do Estado do Pará.

Art. 5º. O pedido de habilitação das entidades ocorrerá no período de Sete de Abril a Quatorze de Maio de 2010, valendo para tanto a data do protocolo ou da postagem via sedex, de seu pedido, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia autenticada da Ata de eleição e da posse da última diretoria;

II - relatórios de atividades referentes aos dois últimos anos de gestão da organização não-governamental;

III - cópia autenticada do estatuto da entidade, devidamente registrado em cartório civil de pessoa jurídica;

IV - CNPJ da Entidade Não - Governamental.

V - um documento com informações da entidade ou organização, na qual conste endereço completo, telefone, fax, e-mail e pessoa de contato e outras informações importantes para contato em tempo hábil.

§1º. O pedido de habilitação deverá ser assinado pelo representante legal da entidade, dirigido à Comissão Eleitoral, no qual conste a sua condição só de eleitora ou de eleitora e candidata.

§2º. O pedido de habilitação, com a documentação necessária, deverá ser endereçado à Secretaria Executiva do CEDCA, localizada na Casa dos Conselhos situado na Travessa Angustura nº. 1733, CEP 66.080-180 nesta cidade, protocolado diretamente no mesmo endereço, em horário das 8h às 16 horas nos dias úteis.

Art. 6º. O pedido de habilitação deverá ser instruído com os originais, ou cópias autenticadas.

§ 1º No caso de não atendimento ao disposto no caput deste artigo, a Comissão Eleitoral fixará prazo para apresentação dos documentos pertinentes, sob pena de indeferimento do pedido de habilitação.

Art. 7º. A Comissão Eleitoral analisará os pedidos até o dia 21 de Maio de 2010 e publicará no dia 28 de Maio de 2010 a relação das Entidades Não Governamentais habilitadas.

Do Recurso

Art. 8º. Das decisões da Comissão de Eleitoral caberá recurso nos dias 31 de Maio a 01 de Junho de 2010, na forma procedimental adotada para a habilitação, constante no artigo 5º desta Resolução, observada a data de protocolo.

§1º. Somente se admitirá recurso de Entidade Não Governamental, no caso de indeferimento de seu próprio pedido de habilitação.

§2º. Quaisquer outras manifestações contrárias às decisões da Comissão de Eleitoral devem ser encaminhadas no período e forma previstos no caput.

§3º. As decisões da Comissão Eleitoral, quando não forem publicadas, serão comunicadas à parte interessada através dos meios informados no documento do inciso V do art. 5º desta Resolução.

§4º. A Comissão Eleitoral concluirá o julgamento dos recursos apresentados no dia 07 de Junho de 2010 e publicará o ato de homologação da relação das entidades Não Governamentais habilitadas, no dia 15 de Junho de 2010.

Da Assembléia de Eleição e da Mesa Coordenadora

Art. 9º. O processo de escolha dos representantes das Entidades Não Governamentais no CEDCA terá início mediante a realização de Assembléia de Eleição, na qual será constituída Mesa Coordenadora dos trabalhos composta por dois membros da Comissão Eleitoral que representam a Sociedade civil.

§1º. As deliberações da Assembléia de Eleição serão publicadas no Diário Oficial do Estado, em forma de Resolução do CEDCA.

Art. 10 A Assembléia de Eleição deverá seguir os procedimentos:

a) Abertura da Assembléia pela Presidência da Comissão Eleitoral;

b) Instalação da mesa coordenadora da eleição;

c) Homologação das Inscrições de entidades Não Governamentais habilitadas pela Comissão Eleitoral;

d) Leitura e aprovação do regimento da eleição pela plenária da assembléia.

e) A Mesa coordenadora encaminhará o processo da eleição, seguindo os procedimentos estabelecidos no regimento da eleição.

f) Leitura e aprovação da Ata, inclusive constando a relação das Entidades eleitas, tanto para a titularidade quanto para a suplência.

Art. 11. O voto será secreto e cada entidade habilitada para esta Assembléia poderá votar em até 10 diferentes entidades.

Art. 12. Terminada a Assembléia de Eleição, a Mesa Coordenadora dos Trabalhos assinará a ata aprovada, contendo a relação das entidades Não-Governamentais, titulares e suplentes eleitas, e enviará à presidência do CEDCA para a publicação no Diário Oficial do Estado e devidos encaminhamentos de posse.

Parágrafo único. A responsabilidade pelos resultados do processo de escolha dos representantes das entidades no CEDCA é das pessoas, entidades e organizações que desse processo tomarem parte.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maria de Nazaré Sá de Oliveira

Presidente do CEDCA/PA

ERRATA DE PORTARIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 102056

PORTARIA Nº. 1214/2009 – SEDES DE 01 DE

OUTUBRO DE 2009.

PUBLICADA NO DOE Nº. 31521 DE 08/10/2009

Em nome da servidora: SIMONE MARIA THIERS TEIXEIRA

(Portaria de afastamento temporário)

Onde se lê: período de: 25/08/2009 a 24/08/2012

Leia-se: período de: 25/08/2009 a 24/08/2011.

PORTARIA Nº. 1215/2009 – SEDES de 01 de outubro de 2009.

Publicada no DOE nº. 31521 de 08/10/2009

Em nome do servidor: EDMAR RIBEIRO DUARTE (Portaria de afastamento temporário)

Onde se lê: período de: 25/08/2009 a 24/08/2012

Leia-se: período de: 25/08/2009 a 24/08/2011.

Eutália Barbosa Rodrigues

Secretária de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social

PORTARIA DE TORNAR SEM EFEITO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 102031

Tornar sem efeito a Errata da PORTARIA Nº. 1214/2009-SEDES,

de 01 de outubro de 2010.

de: (PORTARIA DE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO)

Publicada no Diário Oficial nº. 31.656 de 30 de abril de 2010.

Em nome da Servidora: SIMONE MARIA THIERS TEIXEIRA

Tornar sem efeito a Errata da PORTARIA Nº. 1215/2009-SEDES,

de 01 de outubro de 2010.

de: (PORTARIA DE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO)

Publicada no Diário Oficial nº. 31.656 de 30 de abril de 2010.

Em nome do Servidor: EDMAR RIBEIRO DUARTE

Luiz Carlos Freitas Rodrigues

Diretor de Administração e Finanças

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 101987

PORTARIA: 0448/2010

Objetivo: Acompanhar adolescentes custodiados no CIAM/ Belém p/ serem ouvidos em audiência

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

Benevides/PA - Brasil<br

Servidor(es):

32127181/Angela Eneida Horta Costa (Assistente Social) / 0.5

diárias (Completa) / de 10/05/2010 a 10/05/2010

571738101/Francisco Basílio dos Santos (Monitor) / 0.5 diárias

(Completa) / de 10/05/2010 a 10/05/2010

57387502/Raimundo Nonato Gonzaga da Silva (Monitor) / 0.5

diárias (Completa) / de 10/05/2010 a 10/05/2010<br

Ordenador: Euníciana Peloso da Silva